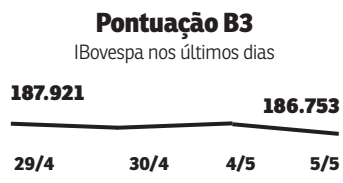
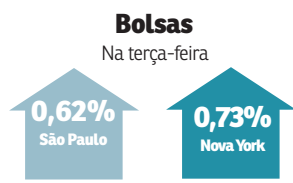




8 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 6 de maio de 2026



Na terça-feira

Dólar

R\$ 4,911
(- 1,12%)

Últimos

28/abril	4,982
29/abril	5,001
30/abril	4,952
4/maio	4,967

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na terça-feira

R\$ 5,745

CDI
Ao ano

14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,39%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

NOVO DESENROLA

Endividados somam 82,8 milhões de brasileiros

Serasa aponta 338 milhões de dívidas registradas, 21% das quais envolvendo necessidades básicas, como contas de água ou luz

» ANDREA MALCHER

Dados divulgados ontem pela Serasa Experian apontam que 82,8 milhões de brasileiros estavam endividados em março deste ano, o que corresponde a 49% da população. O número representa um crescimento de 1,35% em relação a fevereiro. De acordo com a empresa, 47% das dívidas são com instituições financeiras, somando R\$ 557,7 bilhões.

Ao comentar as estatísticas, a diretora da Serasa, Aline Maciel, afirmou que o Novo Desenrola Brasil, lançado na segunda-feira pelo governo, será uma ferramenta importante para frear a onda de endividamentos, mas os juros elevados impedem uma mudança maior no cenário. “O Desenrola não fará milagre. O ideal seria um programa que promovesse educação financeira para as classes menos favorecidas da sociedade. Assim, a mudança na inadimplência seria estrutural”, avaliou ela.

A pesquisa revelou que os endividados possuem múltiplos débitos com a mesma instituição financeira, e que 71% já tentaram renegociar seus débitos, sem sucesso. Entre as razões estão o desejo por descontos maiores (69%); redução dos juros (64%); ou parcelamentos mais acessíveis (58%). Há, ainda, aqueles que afirmam necessitar de renda maior para quitar a dívida (36%).

O levantamento da Serasa indica que 21% dos débitos envolvem necessidades básicas, como contas de água ou luz, e 11,5% dos endividamentos estão centrados no setor de serviços. A instituição também observou 338,2 milhões de dívidas

registradas, com um valor médio, por pessoa, de R\$ 6.728,51. Já o valor médio de dívidas individuais — considerando pessoas com mais de uma operação — é de R\$ 1.647,64.

Em abril, a Serasa fez um levantamento junto a 1.904 pessoas em todo o país e apurou que 38% das dívidas junto aos bancos têm relação com desemprego ou perda de renda; 16% envolve gastos emergenciais; 13% se refere à desorganização financeira; 10% apoio à familiares e amigos; e 7% atraso no pagamento.

Maciel explicou que o ciclo de crédito após a pandemia e boom das fintechs ampliou o acesso das classes D e E ao crédito, o que pode explicar a marca de 73% das dívidas com bancos serem de cartão de crédito. O perfil é justamente “pessoas de menor renda, que têm utilizado o cartão de crédito como complemento da renda”.

Novo Desenrola

Essas dívidas são o alvo do Novo Desenrola Brasil, nova fase do programa de renegociação lançado pelo governo em 2023 e reeditado, agora, em novo formato. A iniciativa é voltada para quem tem renda de até cinco salários mínimos por mês, isto é, R\$8.105,00; dívidas de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal contraídas até 31 de janeiro deste ano e que estejam em atraso de 90 dias a 2 anos. A adesão por meio dos canais oficiais de bancos e operadoras ficará disponível por 90 dias.

Os descontos variam entre 30% e 90%, com taxa de juro de no máximo 1,99% ao mês. O prazo vai até 48 meses e o pagamento pode iniciar

Passo a passo

Saiba o que fazer para aderir ao Novo Desenrola Brasil

SIGA AS DICAS



Procure seu banco

Entre em contato com o banco ou financeira onde possui a dívida;



Organize-se

Faça uma lista dos débitos e tenha em mãos o valor original para avaliar a negociação;



Consulte seu CPF

Verifique a situação do CPF em instituições de gerenciamento de dados financeiros, como Serasa e SPC Brasil para confirmar as pendências que se enquadram.



Dados atualizados

Mantenha suas informações de contato corretas nos cadastros do seu banco para facilitar a comunicação.

QUEM SE ENQUADRA?

- Renda de até cinco salários mínimos (R\$ 8.105)
- Dívidas contraídas até 31 de janeiro deste ano
- Débitos com atraso entre 90 dias e 2 anos

Fonte: Ministério da Fazenda

em até 35 dias para o pagamento da primeira parcela.

Entre as novidades do programa está a possibilidade de utilizar 20% do FGTS para quitar ou pagar parcialmente a dívida; o limite da nova dívida, após os descontos, é de R\$ 15 mil por pessoa e por instituição financeira; e o CPF de quem aderir ficará bloqueado em casas de apostas por 12 meses.

O governo planeja utilizar recursos do Fundo de Garantia de Operações (FGO). Para isso, fará aporte de R\$ 5 bilhões, que se somarão aos R\$ 2 bilhões já disponíveis no

fundo. Outra fonte, serão os valores “esquecidos” nos bancos, estimado entre R\$ 5 e R\$ 8 bilhões. Além das dívidas com os bancos, o Desenrola poderá ser utilizado em dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Há, também, a possibilidade de renegociação voltada para micro e pequenas empresas enquadradas no Pronampe.

A Serasa criou uma plataforma voltada para renegociação de dívidas no âmbito do Desenrola. Entre os participantes, estão o Itaú, o Santander, o Bradesco, o Banco Pan, o Banco BMG, o BV, o Neon e o NU.

Portaria traz regras para bancos

O Ministério da Fazenda publicou, ontem, uma portaria regulamentando a medida provisória que criou o Novo Desenrola Brasil. Publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU), a portaria traz critérios para participação de credores; condições para utilização dos recursos de saque extraordinário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação ou renegociação de dívidas; critérios para operações de crédito reestruturadas; e as normas operacionais para a transferência de recursos do orçamento ao Fundo Garantidor de Operações (FGO).

Algumas instituições financeiras (IFs) relataram, ao longo do dia de ontem, que aguardavam as regulamentações devidas para iniciar a oferta. A portaria estabelece que as instituições financeiras participantes deverão observar percentuais de desconto mínimo, a serem aplicados ao valor atualizado da dívida original, de acordo com o tipo de crédito e com o tempo de atraso.

Além disso, as instituições financeiras deverão providenciar, em até 30 dias, a contar da data da publicação da portaria, a baixa permanente, perante os birôs de crédito, dos registros ativos cujo valor original da dívida das

modalidades previstas na MP seja igual ou inferior a R\$ 100.

Segundo a norma, a Caixa Econômica Federal deverá definir prazo máximo de 30 dias para repassar os recursos do FGTS às instituições financeiras. Caso o beneficiário opte por utilizar recursos do fundo para amortizar parcialmente as dívidas existentes, a nova operação de crédito será incluída no âmbito do novo Desenrola e elegível à garantia pelo FGO, independentemente do pagamento da primeira parcela dessa nova operação.

Já na hipótese de o beneficiário não usar os recursos do FGTS para amortizar parte das dívidas existentes, a nova operação somente será incluída no âmbito do Desenrola e elegível à garantia pelo FGO após o pagamento pelo beneficiário da primeira parcela. As instituições financeiras deverão transferir no prazo de cinco dias úteis, a contar de ontem, os “valores a devolver” (ou “recursos esquecidos”) ao FGO. Do total de recursos financeiros transferidos, 10% serão reservados para atender a eventuais demandas de devolução de valores aos respectivos beneficiários. Após o prazo de 30 dias, os valores que não forem contestados poderão ser incorporados de forma definitiva ao patrimônio do fundo.

Do montante transferido ao FGO, R\$ 5 bilhões serão alocados para cobertura do risco de inadimplência nas operações de crédito reestruturadas no âmbito do Desenrola.

CB.PODER

Uso do FGTS no Desenrola preocupa

» CAETANO YAMAMOTO*

O vice-presidente financeiro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), empresário e engenheiro civil, Eduardo Aroeira, foi o convidado de ontem do programa *CB.Poder* — uma parceria entre *Correio* e TV Brasília. O Novo Desenrola Brasil, programa de renegociação de dívidas foi um dos assuntos da conversa com as jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos.

Aroeira mostrou-se preocupado com uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para abater as dívidas dos trabalhadores. Embora admita ser importante falar sobre o endividamento das famílias, ele lembrou que o FGTS é uma espécie de poupança da construção civil e, por isso, o setor de construção gostaria de refletir se a utilização do fundo traria benefício para o país.

“O pessoal acha que o FGTS só pode ser usado para comprar imóveis, muitas vezes imóveis de até 750 mil. Aí pensa: ‘Não, que mal tem usar o FGTS para pagar uma dívida que eu tenho?’. O problema é que o FGTS é o principal recurso de financiamento das principais obras, por exemplo, do Minha Casa, Minha Vida, que aumentou o teto”, observou.

Ele não vê sentido na utilização do FGTS, uma vez que o programa

estabelece o saque máximo do fundo em R\$1.000 ou até 20% do valor da dívida — o que for maior — para quitar ou abater a dívida. No entanto, pelos dados da Serasa, o endividamento médio do brasileiro é de R\$6.300. “O grande problema é esse: será que vale a pena prejudicar a única ferramenta de atendimento de habitação para os mais necessitados que nós temos, que é o FGTS, por conta de R\$1.000? A nossa dívida é essa e temos colocado isso com firmeza”, falou.

Escala 6x1

Outro assunto da entrevista foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da escala 6x1. Ao lembrar que as empresas longevas e mais bem-sucedidas são aquelas que se preocupam com a qualidade de vida dos seus trabalhadores, ele destacou que o problema não está no mérito, mas na forma como se discute o tema.

“O trabalhador realmente sonha em poder estar em casa com sua família e ter mais tempo de qualidade, e isso é um sonho muito válido. O problema é que precisamos ter várias perspectivas. Tem a perspectiva de trabalhador e empresa, em que isso pode fazer sentido, mas quando vamos para uma perspectiva de cidadão, várias distorções podem acontecer

Ed Alves/CB/D.A Press



Para Aroeira, não vale a pena usar o FGTS para abater as dívidas

que acabam, ao fim e ao cabo, prejudicando a vida desse mesmo trabalhador”, ponderou.

Aroeira citou estudo da Cbic apontando um crescimento de até 15% no custo de uma casa popular, de um leito de hospital ou do saneamento, com a aprovação dessa medida. “Também estimamos que, se a jornada fosse reduzida

instantaneamente, seriam necessários cerca de 288.000 trabalhadores extras para suprir essas horas a menos trabalhadas. Isso tem um potencial muito grande de atrasar essas obras que atendem a população mais carente”, disse.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

BANCO CENTRAL

Ata do Copom adota tom mais duro

» ROSANA HESSEL

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada, ontem, pelo Banco Central, traz um tom mais conservador do que aquele usado no comunicado da reunião realizada na semana passada. Com isso, caiu por terra o otimismo que parte do mercado ainda tinha em relação ao ciclo de afrouxamento monetário.

Apesar de alguns analistas manterem a previsão de corte de 0,25 ponto percentual para a próxima reunião do comitê, em junho, a manutenção da taxa básica da economia (Selic) no atual patamar não está totalmente descartada. Tudo vai depender dos desdobramentos da guerra no Oriente Médio e dos preços do barril do petróleo, que seguem em torno de US\$ 100.

Na reunião passada, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual pela segunda reunião seguida, para 14,50% ao ano. No comunicado, o colegiado justificou a decisão afirmando que, no cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirmava “serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem

a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo”.

Recado

Ricardo Trevisan, CEO da Gravus Capital, é taxativo ao comentar sobre a ata. Para ele, ela não confirma a leitura mais otimista que parte do mercado tinha após o corte da semana passada. “O recado é o oposto: o ciclo de queda da Selic vai durar menos do que se imaginava em janeiro, e a taxa terminal está sendo repreficada para cima”, afirmou. Segundo ele, a palavra que mudou tudo no comunicado foi “extensão”. “Quando o Copom diz que vai calibrar não só o ritmo, mas também a extensão dos cortes, ele está abrindo a porta para parar o ciclo antes do que o Focus precificava e isso ficou explícito na ata.

Ele lembrou que as casas que projetavam a taxa Selic terminal em 12,50% anuais, no fim de 2026, já estão revisando para 13%, 13,50%, e algumas para 14% anuais. “O ciclo, na prática, pode terminar com a Selic ainda restritiva. O motivo é direto: a inflação corrente piorou”, destacou ele, lembrando que a ata reforçou que as estimativas de inflação seguem desancoradas.